

## **600 Famílias podem ser desalojadas**

*Cruzeiro do Sul...15-03-08*

Desenha-se, nos próximos dias, uma acirrada guerra de espaços entre o governo de Dumilde Rangel e uma comissão de moradores da localidade de Vimbalmi. Encravado entre a cidade de Benguela e a Catumbela, o espaço ganhou cotação no mercado de terrenos com a construção do novo estádio de futebol para o CAN/2010 e o lançamento do Projecto Benguela Norte que visa construir uma nova cidade, a partir do bairro da Nossa Senhora da Graça. "Olhos Grandes" ampliaram a visão aos terrenos que passaram a ser mais cobiçados

A justificação do executivo é que o local se destina à construção de uma fábrica de cimento a cargo da CNCA - Companhia Nacional de Cimentos de Angola, mas, pela boca-pequena, sabe-se que o interesse é de implantação de um complexo turístico, tendo em vista os negócios da realização do CAN.

O terreno, propriedade da Sociedade Agrícola da Cassequel, vulgarmente conhecida como Açucareira da Catumbela, de acordo com os marcos identificados no local pelo CRUZEIRO do SUL, passou a ser habitado por trabalhadores da referida sociedade, militares e exmilitares das FAPLA (ex-adidos) a quem se juntaram, depois das eleições de 1992, deslocados de guerra do Chongoroi e Caimbambo.

Dada a instabilidade na altura, criaram um corpo de defesa civil para servir de zona tampão às localidades da Catumbela, Damba Maria e as próprias cidades de Benguela e Lobito, e, assim, salvaguardar a integridade e a tranquilidade das populações.

Localizado à 2,5 km do novo estádio, 1,5 km do aeroporto da Catumbela e a 500 metros da área designada para o Projecto Benguela Norte, Vimbalmi, então desconhecida da opinião pública, pode rapidamente transformar-se no pomo de discórdia política, a julgar pelas figuras envolvidas nesta disputa, militares, agentes da ordem, desmobilizados das FAPLA e FAA, deslocados de guerra, funcionários públicos e privados entre magistrados, engenheiros, médicos, professores, jornalistas, comerciantes, camponeses, etc, que, na dificuldade de não possuírem casa própria, organizaram-se para um projecto de autoconstrução dirigida.

### **AMEAÇAS E ADVERTÊNCIAS**

Na última segunda-feira, 10/03, a associação dos

36

moradores do Vimbalmi aprovou uma carta protesto dirigida ao governador Du-milde Rangel, ao Bureau Político e ao Comité Provincial do MPLA, aos deputados à Assembleia Nacional pelo círculo de Benguela, ao Coordenador do Grupo de Acompanhamento do CM para Benguela, general Kundy Paihama, e ainda aos ministros do Obras Públicas e do Urbanismo e Ambiente. Na carta, apresentam o histórico do surgimento do bairro que se quer deitar abaixo em detrimento de 600 famílias que poderão engrossar o exército de indigentes, mostrando a sua mais profunda repulsa e descontentamento.

Eles ameaçam colocar à disposição das autoridades os seus cartões de eleitores, se for avante o projecto de construção da fábrica de cimento, como é suposto desejo da CNCA. De acordo com uma fonte envolvida

no processo, a CNCA, representada pela filha de uma alta entidade, defende que metade dos moradores deve ser desalojada para dar lugar ao projecto, mas não dá qualquer protecção.

"Nós não somos menos cidadãos do que os que estão à frente dos órgãos do Estado e que se esquecem de que os assuntos devem ser resolvidos na perspectiva do Estado", desabafou um cidadão, membro da comissão de moradores do Vambalambi, em declarações ao CRUZEIRO do SUL.

Questionado sobre uma provável irregularidade no processo de legalização dos terrenos, a resposta foi contundente: "nós estamos organizados. Se os dirigentes não resolvem os problemas do povo, o povo tem que resolver os seus problemas da forma como achar conveniente", sustentou.

Na sua carta-protesto, os vambalambenses dizem que o seu propósito é nobre e não vão admitir posições musculadas.

#### VIOLAÇÃO À LEI DO AMBIENTE

A ideia da construção da fábrica de cimento numa área habitacional em crescimento viola a todos os títulos a Lei de Base do Ambiente. A ideia não convence os moradores do bairro pelo simples facto de a região circunvizinha estar projectada para construção de condomínios e outras in-fra-estruturas sociais.

"Uma fábrica de cimento é uma fonte de poluição ambiental. Periga as populações e desrespeita as regras mais elementares de urbanismo e ambiente", lê-se na carta-protesto.

Os protestadores buscam, como suporte, a Lei de Ambiente e o discurso do Presidente Eduardo dos Santos de Setembro, em Nova Iorque, na cimeira mundial sobre as Mudanças Climáticas", para rotular de ilegítima a insistência de instalação da aludida fábrica. "Angola participou em 1992 na Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, reali/ado o Rio de Janeiro, e ratificou o Protocolo de Kyoto e todas as convenções sobre alterações climáticas, comprometendo-se a cumprir o estipulado nestes instrumentos jurídicos internacionais...", citaram o presidente J ES. três meses.